

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

*Ano XXXIX • Nº 407
Brasília-DF • Agosto 2018*

CONGRESSO ANTI-INDÍGENA

Cimi lança publicação com o raio-x do Congresso Nacional mais anti-indígena da Nova República. Perto de chegar ao fim, a atual legislatura é o retrato de um Brasil com traços marcantes da colonialidade no poder.

Páginas 8, 9, 10 e 11

Eleições 2018: O que a esquerda propõe para a questão indígena?

Página 3



Após impeachment, aumenta o número de violências contra os povos indígenas

Páginas 4, 5, 6 e 7

Os Kaiowá Guarani e as rezas sobre os nomes dos inimigos

Por Egon Heck, Secretariado Nacional/Cimi

O Brasil e o mundo estarão unidos aos Nhanderu e Nhandesi Kaiowá Guarani na luta pela vida e pela terra de Guyraroka e demais territórios indígenas, ainda por demarcar.

A enorme força espiritual dos Kaiowá Guarani se manifesta de várias maneiras, desde as rezas fortes dos Nhanderu, para que o sol se apague, até as rezas que lhes permitem penetrar no coração das pessoas para demovê-las de ações que atinjam ou neguem os seus direitos de viver em seus tekoha, território tradicional, originários, com paz para executar os seus projetos de Bem Viver.

Os mais de 50 Kaiowá e Guarani que estiveram em Brasília, para lutar pelos seus direitos, fizeram um dos rituais de reza sobre o nome de várias pessoas, especialmente as que estão fazendo e aprovando leis que vão contra a Constituição do país, no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas.

Simultaneamente, uma tarefa da Polícia Federal agia no Mato Grosso do Sul. Prenderam o filho do governador Reinaldo Azambuja, PSDB, e o deputado Zé Teixeira, DEM, que reivindica como sua a terra do tekoha Guyraroka. Foram fazer companhia ao ex-governador André Pucinelli, que já está preso.

Zé Teixeira tem insistentemente se manifestado contra o direito dos índios a seus territórios. Dentre afirmações por ele feitas, uma diz que "é um crime dar um palmo de terra aos índios que não produzem". Nessa mesma direção, foram recentes declarações de Bolsonaro, que se eleito for prometeu que não demarcará um centímetro de terra para os índios.

Enquanto isso, os povos originários da região continuarão fazendo seus rituais e rezas, até que seus direitos sejam garantidos.

Os Kaiowá Guarani continuarão rezando sobre os nomes de seus inimigos, na esperança de que terão suas terras reconhecidas e garantidas. Esse é um direito originário reconhecido na Constituição e legislação internacional, como a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Quem sabe, a recuperação de altas somas de recursos desviados possa ser canalizada para demarcar e garantir os territórios indígenas no Mato Grosso do Sul.

Em Brasília, os indígenas também foram para a Advocacia-Geral da União (AGU) com o objetivo de entregar à ministra Grace Mendonça documento pedindo imediata revogação do Parecer 001, conhecido como o Parecer do Genocídio.

A delegação Kaiowá Guarani, que esteve em Brasília, embarcou rumo às suas terras, retomadas e acampamentos. Alegria contagiante. Estavam leves, alegres, sorridentes. As vitórias e debates com vários setores da sociedade e do governo alimentaram os frágeis, mas profundos e consistentes fios de esperança. Foi a expressão concreta do pacto que assumiram na recente Aty Guasu realizada na Terra Indígena Guyraroka.

"Nosso povo já rezou junto e fizemos um pacto. Todos os Tekoha estão conectados e estarão juntos para defender com nossos corpos e nosso sangue os territórios que forem afetados pelo Marco Temporal, Parecer 001 da AGU ou outra ferramenta genocida contra nossos povos" (Carta da Aty Guasu de Guyraroka 24-08-2018).

O Brasil e o mundo estarão unidos aos Nhanderu e Nhandesi Kaiowá Guarani na luta pela vida e pela terra de Guyraroka e demais territórios indígenas ainda por demarcar.

Porantinadas

Cacique Mourão, o general bobão

O bobão do momento é o vice-candidato à Presidência, o general Hamilton Mourão. Na chapa com Jair Bolsonaro, o militar declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que é indígena - mesmo que nenhum povo ou comunidade o tenha referendado, mas, até aí, como escreve o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro: "no Brasil, todo mundo é índio: exceto quem não é". "Não sei a qual etnia deveria pertencer, mas pode ter certeza de uma coisa: Cacique Mourão é a solução", declarou à imprensa o general. A campanha de Bolsonaro parece não produzir apenas milícias violentas nas redes sociais e nas ruas, que apostam na agressão e notícias falsas, as chamadas *fake news*. Traz ao público também Mourão, o general bobão, que reduz à piada sem graça um assunto da mais urgente relevância política.

"Programa para o índio brasileiro"

É isso o que defende o deputado federal ruralista Nilson Leitão (PSDB/MT). Para o parlamentar, o que o governo deve fazer é cuidar da dignidade dos povos indígenas, e não apostar na conversa da Funai e ONGs, que defendem a demarcação de terras. A criação de um programa é a melhor forma de garantir isso, acredita. Leitão finge esquecer que já há um programa para assegurar a dignidade dos povos indígenas: a Constituição Federal. Carta Magna que, inclusive, o deputado insiste em atacar na sua atuação anti-indígena no Congresso Nacional, sendo um dos principais articuladores da PEC 215.

Anti-indígena mira Conselho do MP

Carlos Marun é um deputado federal ruralista do Mato Grosso do Sul. Anti-indígena, se associou ao presidiário Eduardo Cunha e depois do impeachment, ao governo impopular de Michel Temer. Não saiu candidato nestas eleições. O que não significa que esteja sem ambições políticas. Seu objetivo agora é o Conselho Nacional do Ministério Público, que realiza a fiscalização interna do MP. Os ruralistas procuram ocupar todo e qualquer tipo de órgão que se relacionem com seus crimes ou suas demandas. Esperamos que Marun saia derrotado, como muitas vezes foi em sua militância na Câmara Federal.



Programas de governo à esquerda e o lugar dos povos indígenas

Por Gilberto Vieira, Secretariado Nacional

Em artigo publicado na edição de agosto deste Porantim, busquei tratar sobre os rumos possíveis para a política no Brasil, crendo e defendendo outros rumos, considerando a perspectiva desenvolvimentista que impera no país.

Neste artigo, pretendo abrir a reflexão sobre os programas de governo apresentados pelos partidos de esquerda, na atual disputa pela Presidência da República, com foco no tema que se inter-relaciona com a publicação anterior. Então indico aos leitores que busquem também o artigo anteriormente citado.

Com títulos sugestivos, destacamos aqui os programas de governo divulgados pelas candidaturas de Vera Lúcia (PSTU), Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL), candidatura que tem na co-presidência, de forma inédita na história, a indígena Sônia Guajajara.

Intitulado “16 pontos de um programa socialista para o Brasil contra a crise capitalista”, o programa do PSTU, ao tratar dos povos indígenas, em seu item 8º, após breve análise do aumento da violência no campo, vinculada ao agronegócio, afirma que é preciso garantir a titulação, regularização e proteção das terras indígenas e quilombolas. Na interface da questão, o que não é possível ver com clareza num plano de cinco páginas, está o apontamento em relação à terra: “Defendemos a nacionalização e estatização do grande latifúndio e do chamado agronegócio sob o controle dos trabalhadores para que definam a sua produção, de acordo com as necessidades do povo e em harmonia com o meio ambiente”.

Espera-se que isso signifique o redirecionamento da política agrária e agrícola, sem os financiamentos estrondosos para o agro, que no fim significaria mais dinheiro no bolso dos ruralistas, mais concentração da terra, maior poder político das oligarquias e mais veneno na mesa.

No programa *O Brasil feliz de novo*, de Lula, de 68 páginas, no item 5.4.2 inicia-se reconhecendo que “a produção e exportação agropecuária é um dos carros-chefe da economia brasileira”, mas aponta que deverá regular o “grande agronegócio para mitigar danos socioambientais” e aponta que não financiará “práticas produtivas ofensivas ao meio ambiente”, o que dialoga com o item 5.4.1, onde reafirma instituir um programa para a redução de agrotóxicos.

Estes apontamentos, se efetivados - lembrando que a faca do agronegócio, aquela mesma que apunhalou Dilma pelas costas, foi amolada pelas políticas de incentivo ao agronegócio dos governos petistas, como o Plano Safra cada vez mais gordo, podem repercutir para, na outra mão, assegurar a efetivação dos direitos dos povos indígenas. Mas isso não fica muito claro, ou o que se entende, na prática, na afirmação de que “a oferta eficiente de infraestrutura é um dos pilares do desenvolvimento, pois afeta positivamente a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social”.

Lembrando de nosso artigo citado, o entendimento de desenvolvimento a partir da criação de infraestrutura foi o que redundou em Belo Monte, nos governos de Lula e Dilma. Como o denominado “novo modelo de desenvolvimento” no plano preconiza aumento de emprego, espera-se que não seja criando grandes obras obsoletas e que impactem nos povos. Oxalá seja, de fato, novo e que a “sustentabilidade ambiental e social” contemplem os povos indígenas, tão massacrados em tempos recentes.

O programa do candidato Fernando Haddad traz uma aparente novidade denominada “Transição Ecológica”, destacando o papel da Amazônia. Uma luz vermelha



A co-candidatura de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara é a que possui o programa mais propositivo aos povos indígenas

acende, pois esta perspectiva aponta para a tal economia verde, tão criticada pelo movimento indígena, vinculada ao mercado de carbono, denunciada como falsa solução por organizações, mundo afora. Esverdear parece ser uma tônica do programa. Na afirmação: “A vasta biodiversidade e os conhecimentos tradicionais que o país abriga serão inspiração e bases para inovação verde e agregação de valor. As tecnologias verdes passarão todos os setores da economia, fortalecendo o tecido produtivo e aumentando a capacidade de aprendizado e inovação”. Tem um cheiro de “economia verde” no item 5.1 do programa, que parece capitalizar os bens da natureza ao afirmar que uma economia de “baixo impacto” tem “alto valor agregado”.

O programa da candidatura de Guilherme Boulos (PSOL), que se destaca pela candidatura estar ao lado de uma mulher indígena, Sônia Guajajara, demonstra ousadia nas proposições. Em um conjunto de análises sobre o contexto do Brasil e proposições que, salvo engano, não deixou escapar nenhuma área, o programa intitulado *Vamos sem medo de mudar o Brasil* destaca desde segmentos comumente não valorizados na cultura política brasileira, passando por propostas de desenvolvimento local e uma pauta ambiental que se coloca em coerência com uma candidatura composta por uma liderança indígena.

Assim, a pauta indígena, por nós aqui focada na interface com o chamado desenvolvimento, tem um lugar que de longe avança em relação aos outros programas. A palavra “indígena”, nas 228 páginas do programa, aparece mais de 70 vezes, sendo que “quilombola” pelo menos 24 vezes. Não só as palavras, mas estas estão em propostas. A sigla LGBTQI+, para lembrar a realidade e políticas voltadas para esta população (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexos), aparece mais de 60 vezes.

Para a demanda quilombola, apresenta-se, entre outras políticas: “titulação de todas as terras quilombolas e fortalecimento das mesmas por meio de políticas públicas”. Também no âmbito das políticas públicas, aponta para a demarcação das terras indígenas, com atenção para além da região amazônica. Nem os ocupantes não-indígenas foram esquecidos, pois lê-se no

programa que “as demarcações de terras indígenas não ignoram os direitos das outras populações, por isso são consideradas medidas reparatórias e que precisam ser encaradas sem mais demora”. Claro, espera-se que nos casos de ocupação de boa-fé.

Sobre a autodeterminação dos povos, distorcida por alguns como sinônimo de separatismo, o programa reafirma o que dizem os povos indígenas e organismos internacionais: “o Estado brasileiro é signatário da Convenção 169 da OIT (Decreto 5.051/2004), por isso é dever do Estado respeitar o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado, aos povos e comunidades tradicionais em todas as ações estatais que lhes afetem, garantindo ainda o usufruto exclusivo desses povos e comunidades sobre os recursos naturais presente em seus territórios tradicionais ocupados”. Interessante, pois em governos recentes se buscou “regulamentar” a Convenção 169, num descompasso flagrante, para não dizer má-fé.

Sobre a situação dos povos, afetados pela destruição da natureza, diferente do discurso “verde”, numa comparação ao discurso presente no programa de Fernando Haddad, o programa de Boulos afirma que a solução “não passa pela chamada economia verde”, cujo principal objetivo é gerar novos mercados e lucros, como os da água, do carbono e o da biodiversidade. Não é possível adequar os limites da natureza às exigências de exploração crescente de recursos naturais pelo mercado. Sobre estes bens da natureza, afirma: “devem ser considerados não como mercadorias, mas bens comuns de todos nós e geridos com cuidado”.

Evidente que aqui fazemos uma análise focada, como já havíamos destacado anteriormente. Não obstante, creio que, para mudar o Brasil, é necessário um outro desenvolvimento, aquele *más allá* (mais além), como lembramos em outro artigo.

Se os projetos para o país que se pretendem implementar a partir dos próximos quatro anos tiverem em seu processo de construção o respeito e valorização dos povos, em sua diversidade e direitos integrais, já será um grande passo.

Claro, esperamos que se vá sempre *más allá*. ♦

Violência contra os povos indígenas no Brasil tem aumento sistêmico e contínuo

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017, publicado anualmente pelo Cimi, constata aumento em 14 dos 19 tipos de violência sistematizados; apropriação das terras indígenas é um dos principais vetores da violência

Por Assessoria de Comunicação/Cimi

Houve um aumento no número de casos em 14 dos 19 tipos de violência sistematizados no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em três tipos de violência foram registrados a mesma quantidade de casos que no ano anterior; e apenas em dois tipos de violência houve menos casos registrados que em 2016. No entanto, estes dois dados são parciais e podem ser maiores, conforme reconhece a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

As informações sistematizadas evidenciam que continua dramática a quantidade de registros de suicídio (128 casos), assassinato (110 casos), mortalidade na infância (702 casos) e das violações relacionadas ao direito à terra tradicional e à proteção delas.

“Esta edição do Relatório explicita uma realidade de absoluta insegurança jurídica no que tange aos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas no país. Para piorar, os Três Poderes do Estado têm sido cúmplices da pressão sobre o território, que pretende permitir a exploração de seus recursos naturais, e resulta em violência nas aldeias”, explica Roberto Liebgott, coordenador do Regional Sul do Cimi e um dos organizadores da publicação.

Ele complementa sua avaliação: “além disso, especialmente a bancada ruralista tem atuado no sentido de garantir todas as condições para que um novo processo de esbulho das terras tradicionais seja consolidado no país. Ou seja, através do estrangulamento das terras indígenas por diversos vetores, o que se pretende, de fato, é usurpar as terras dos povos originários deste país”.

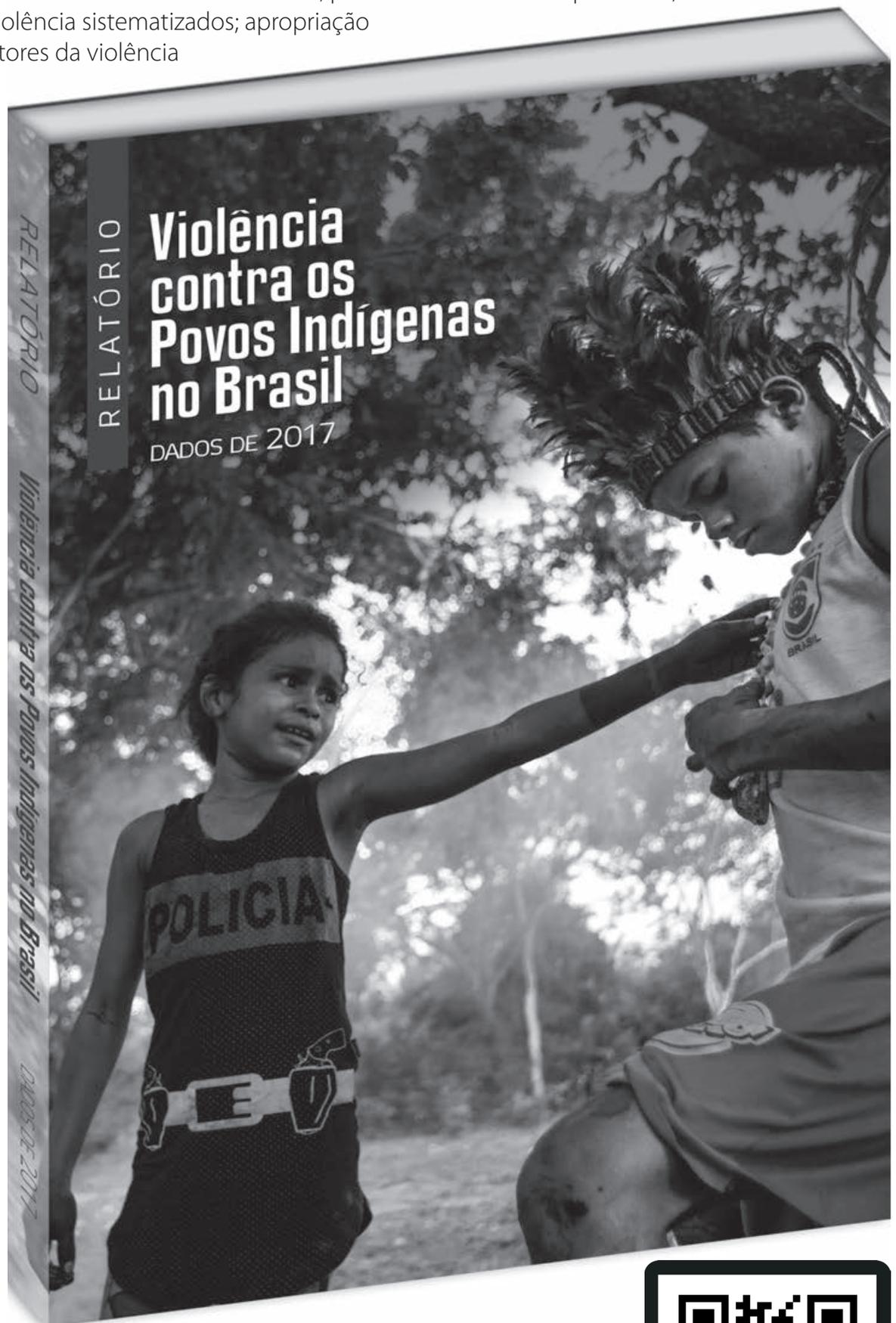
Contra o patrimônio

Neste sentido, chama atenção o consolidado aumento nos três tipos de “violência contra o patrimônio”, que formam o primeiro capítulo do Relatório: omissão e morosidade na regularização de terras (847 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (20 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (96 casos registrados).

Observa-se um significativo aumento no que concerne às invasões; ao roubo de bens naturais, como madeira e minérios; caça e pesca ilegais; contaminação do solo e da água por agrotóxicos; e incêndios, dentre outras ações criminosas. No ano anterior, 2016, haviam sido registrados 59 casos – houve, portanto, um aumento de 62% em 2017.

Além da violação dos direitos dos povos em relação ao usufruto exclusivo do seu território e dos bens nele contidos, estes crimes são agravados pelo fato de, recorrentemente, junto com eles também ocorrer intimidações, ameaças e, muitas vezes, ações físicas violentas contra os indígenas, como ataques às comunidades.

Este é o caso do povo Karipuna, em Rondônia. Quase extintos na época dos primeiros contatos com a sociedade não indígena, nos anos de 1970, os Karipuna



Doenças prolongadas que não recebem tratamento adequado, cirurgias que não se realizam porque o paciente não foi colocado na lista de espera, portador de deficiência com malária e condições de saúde agravadas atendido tardiamente são alguns exemplos das mortes que ocorrem por falhas na assistência de saúde



Escaneie o código e acesse em seu smartphone ou tablet o Relatório: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - dados 2017



Florestas estão sendo destruídas dentro dos territórios indígenas devido, principalmente, ao roubo ilegal de madeira e de outros bens naturais, ao garimpo e a à venda de lotes

Situação geral das terras indígenas no Brasil*

Situação geral das Terras Indígenas	Quant.	%
Registradas: demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU).	400	30,63
Homologadas: com Decreto da Presidência da República. Aguardando registro.	19	1,45
Declaradas: com Portaria Declaratória do Ministério da Justiça. Aguardando homologação.	61	4,67
Identificadas: reconhecidas como território tradicional por Grupo de Trabalho da Funai. Aguardando Portaria Declaratória do Ministério da Justiça.	55	4,2
A identificar: incluídas na programação da Funai para futura identificação, com Grupos de Trabalho técnicos já constituídos.	169	12,94
Sem providência: terras reivindicadas pelas comunidades sem nenhuma providência administrativa para sua regularização.	537	41,12
Reservadas: demarcadas como "reservas indígenas" à época do SPI.	38	2,91
Com portaria de restrição: terras que receberam portaria da Presidência da Funai restringindo o uso da área ao direito de ingresso, locomoção ou permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai.	6	0,46
Dominial: de propriedade de comunidades indígenas.	21	1,61
Total	1.306	100

* Os dados listados a seguir, nos quadros, têm como fontes: comunidades indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Fundação Nacional do Índio (Funai)

Terras Indígenas com pendências administrativas (em 3/7/2018)	Quant.
Sem providências	537
A identificar	169
Identificadas	55
Declaradas	61
Homologadas	19
Com portarias de restrição	6
Total	847

não podem caminhar livremente pelo seu território, homologado em 1998. Além do aprofundamento da invasão da Terra Indígena Karipuna desde 2015 para o roubo de madeira, a grilagem e o loteamento são outros crimes que vêm sendo, insistentemente, denunciados pelo povo aos órgãos do Estado brasileiro e até mesmo na Organização das Nações Unidas (ONU).

A Terra Indígena Karipuna, como outras que aparecem no mapa de 2016, tornaram-se ilhas verdes de cobiça alheia, cercadas de desmatamento em toda a sua extensão. Por terem preservado a floresta, os Karipuna sofrem, permanentemente, a invasão de madeireiros, posseiros e garimpeiros em seu território



A ganância que alimenta o modelo de desenvolvimento predatório não permite respeitar a legislação, as fronteiras territoriais nem os povos originários

O Cimi constatou que o governo do presidente Michel Temer não homologou nenhuma terra indígena em 2017. Este fato o coloca como o presidente com o pior desempenho neste quesito, ultrapassando em muito Dilma Rousseff – que era quem, com média anual de 5,25 homologações, ocupava a pior posição entre os presidentes do Brasil desde a retomada da democracia, em 1985. No ano passado, o Ministério da Justiça assinou apenas duas Portarias Declaratórias e a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou seis terras como sendo de ocupação tradicional indígena.

Das 1.306 terras reivindicadas pelos povos indígenas no Brasil, um total de 847 terras (o que representa 64%) apresenta alguma pendência do Estado para a finalização do processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 847, um volume de 537 terras (63%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado. Considerando que a Constituição Federal de 1988 determinou a demarcação de todas as terras indígenas do Brasil até 1993, fica evidente uma completa omissão do Executivo no cumprimento desta sua obrigação constitucional.

Contra a pessoa

Em relação à “violência contra a pessoa”, houve um agravamento da situação registrada em sete dos nove tipos avaliados: tentativa de assassinato (27 casos), homicídio culposo (19 casos), ameaça de morte (14), ameaças várias (18), lesões corporais dolosas (12), racismo e discriminação étnico cultural (18) e violência sexual (16). Em relação ao abuso de poder, houve o registro de 8 casos, mesma quantidade de 2016.

Em 2017 foram registrados 110 casos de assassinato de indígenas, oito a menos que os registrados em 2016. Cabe ressaltar que a própria Sesai reconhece que este dado é parcial, já que ainda pode receber a notificação de novos assassinatos. Desse modo, fica evidente que a situação real em relação ao assassinato de indígenas pode ser ainda mais grave.

Os três estados que tiveram o maior número de assassinatos registrados foram Roraima (33), Amazonas (28) e Mato Grosso do Sul (17). Estes dados fornecidos pela Sesai sobre “óbitos resultados de agressões” não permitem análises mais aprofundadas, já que não há informações sobre a faixa etária e o povo das vítimas e nem as circunstâncias destes assassinatos.

Dentre os casos de violência contra a pessoa, destacamos o massacre ocorrido contra o povo Akroá-Gamella, →

no Maranhão, no dia 30 de abril de 2017, quando um grupo de aproximadamente 200 pessoas atacou severamente a comunidade indígena que vem, desde 2015, retomando áreas de seu território tradicional. No ataque, 22 Gamella foram feridos, sendo que dois deles foram baleados e outros dois tiveram suas mãos decepadas. Os outros Gamella sofreram severos golpes de facão, pedradas e pauladas.

Apesar do ataque ter sido convocado através de um programa em uma rádio local e de carros de som nas ruas de municípios no entorno da área de ocupação dos Akroá-Gamella, os órgãos do Estado nada fizeram para evitar esta ação violenta. Indígenas afirmam que policiais teriam, inclusive, assistido a violência e culpado os Gamella pela situação.

Devido ao processo de intensificação da luta pela terra ancestral, as lideranças deste povo vêm sendo ameaçadas e criminalizadas e a comunidade como um todo tem sido hostilizada e sofrido violências físicas e simbólicas em diversos lugares, como hospitais, onde não recebem atendimentos médicos, e escolas; além de terem suas lavouras incendiadas, dentre outras ações preconceituosas.

Omissão do poder público

Com base na Lei de Acesso à Informação, o Cimi também obteve da Sesai dados parciais de suicídio e mortalidade indígena na infância. Dos 128 casos de suicídio registrados pela Sesai em 2017 em todo o país (22 a mais que em 2016), os estados que apresentaram as maiores ocorrências foram Amazonas (54 casos) e Mato Grosso do Sul (31 casos).

Em relação à mortalidade de crianças de 0 a 5 anos, dos 702 casos registrados, 236 ocorreram no Amazonas, 107 no Mato Grosso e 103 em Roraima. Cabe ressaltar que, assim como os dados de assassinato,



Muitos povos indígenas vivem em acampamentos improvisados, em condições desumanas, sem água potável, moradia, saneamento e alimentação adequada; mesmo assim sofrem ameaças e intimidações

O Parecer 001/2017, também denominado de “Parecer do Genocídio”, não é uma peça isolada no contexto político pós-golpe, e sim um dos pilares da agenda neoliberal que já vinha sendo implementada pelos governos antecessores

as informações da Sesai sobre os registros relativos a suicídio e mortalidade na infância são parciais e estão sujeitas a atualizações. Ou seja, estes dados podem ser ainda mais graves.

Os registros do Cimi em relação à desassistência na área de saúde (42) e desassistência geral (42) em 2017 tiveram a mesma quantidade de casos que em 2016. Já em relação à morte por desassistência à saúde (8 casos), disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

Assassinatos no Brasil e no Mato Grosso do Sul - 2017

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	Média
Total no Brasil	42	37	43	58	92	60	60	60	51	60	53	138	137	118	110	1.119	74,6
Nº absoluto MS	13	16	28	28	53	42	33	34	32	37	33	41	36	18	17	461	30,73
Nº absoluto restante	29	21	15	30	39	18	27	26	19	23	20	97	101	100	93	658	43,86
MS (%)	31%	43%	65%	48%	58%	70%	55%	57%	63%	62%	62%	29%	26%	15%	15%	41,19%	

Assassinatos

UF	Óbitos por agressões
AL	3
AM	28
BA	2
CE	9
MA	1
MG	1
MS	17
MT	1
PB	4
PE	5
PR	4
RR	33
SC	1
TO	1
Total	110

Suicídios

UF	Óbitos por lesões autoprovocadas (CID 10 X60 a X84)
AC ¹	5
AM	54
AP	1
GO	1
MA	6
MG	3
MS	31
MT ²	2
PA	1
PR	2
RR	13
RS	2
TO	7
Total	128

Mortalidade na infância

UF	Óbitos em menores de 5 anos
AC	10
AL	3
AM	236
AP	7
BA	3
CE	5
MA	56
MG	11
MS	36
MT	107
PA	46
PB	7
PE	14
PR	13
RO	8
RR	103
RS	7
SC	1
SP	5
TO	20
Total	702

As principais causas de óbitos em menores de 5 anos - 2017

Provável causa básica do óbito (CID 10) - 2017	UF
A09 Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível	AC, AM, MA, MG, MS, MT, PA, RR, TO
A41.9 Septicemia não especificada	AM, AP, MA, MG, MS, MT, RR
E43 Desnutrição proteico-calórica grave não especificada	AM, MA, MG, MT, RR, SP, TO
J18.9 Pneumonia não especificada	AM, BA, MA, MG, MT, PA, RO, RR, TO
R98 Morte sem assistência	AC, AM, MS, MT, PA
Y09.9 Agressão por meios não especificados - local não especificado	AM, RR

Assassinatos em 2017 Dados Cimi

UF	Povo indígena
AC	Kaxinawá, Manchinieri
AL	Wassu Cocal, Xukuru-Kariri
AM	Baré, Maraguá, Miranha, Mura, Tikuna
BA	Pataxó
CE	Pitaguary
MA	Guajajara, Ka'apor, Krikati
MG	Xakriabá
M	Guarani-Kaiowá
MT	-
PA	Juruna
PR	Guarani, Kaingang, Xetá
RS	Guarani, Kaingang
RO	Kaxarari
RR	Makuxi
SC	Guarani, Guarani-Mbya, Kaingang
SP	Guarani
TO	-

Fonte: Siasi-Dgisi/Dgesi/Sesai/MS. Banco de dados extraído em 23/4/2018. Data de referência: 31/12/2017. Dados sujeitos a alterações por processo de alimentação e qualificação.

1 O Cimi registrou em seu banco de dados, a ocorrência de seis casos de suicídio no Acre.
 2 O Cimi registrou em banco de dados, a ocorrência de quatro casos de suicídio no Mato Grosso.

(10 casos) e desassistência na área de educação escolar indígena (41 casos) houve um aumento dos registros.

O Relatório do Cimi traz ainda análises sobre a atual conjuntura política e sobre alguns temas específicos, como a ameaça ao futuro dos povos isolados (que evitam contato com a sociedade não indígena); a inconstitucionalidade do Parecer 001, da Advocacia-Geral da União – que, assim como o Marco Temporal, fundamenta as novas formas de esbulho possessório; o orçamento das políticas indigenistas; e a necessidade do Estado implementar reparações para os povos indígenas que sofreram, e continuam a sofrer, violência e violação de seus direitos, como é o caso dos Karipuna.

Em seu artigo de apresentação do Relatório, o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, avalia que: “com Temer no comando do Executivo federal, os agressores se sentiram mais seguros para cometer seus crimes. A invasão e o esbulho possessório alastraram-se como pólvora sobre os territórios e ameaçam a sobrevivência de muitos povos, inclusive os isolados. Está claro que o Brasil foi tomado de assalto, feito refém de interesses privados da elite agrária, ‘agraciada’ com novas ‘capitanias hereditárias’, que são distribuídas em troca da morte dos povos que habitam os territórios”.

Além da pressão direta sobre o órgão indigenista, a coalizão golpista tem atuado de forma coordenada e sistemática na mudança da legislação por meio de insinuações e acusações fraudulentas, argumentos jurídicos tendenciosos, procedimentos que aparentam normalidade institucional e um tanto de truculência. A CPI da Funai/Incra foi um exemplo desta estratégia de ação conservadora



Confinados na menor terra indígena do Brasil, localizada em uma área urbana da maior cidade do país, o povo Guarani exige a finalização do processo demarcatório do seu território

Plataforma Caci mapeia mais de mil assassinatos de indígenas nas últimas três décadas

Com os dados do relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – 2017*, a Plataforma Caci, que mapeia os assassinatos de indígenas ocorridos no Brasil nas últimas décadas, chegou a um total de 1.071 registros georreferenciados de mortes violentas de indígenas no país.

A palavra Caci, que significa “dor” em Guarani, é a sigla para “Cartografia de Ataques Contra Indígenas”, nome completo da plataforma desenvolvida em 2016 por uma iniciativa conjunta de Infoamazônia, Armazém Memória e Fundação Rosa Luxemburgo. Desde 2016, é o Cimi que administra e atualiza os dados da Caci à medida que são publicados os novos relatórios.

Os casos mapeados na plataforma partem dos registros contidos nos relatórios *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, elaborado pelo Cimi, e *Conflitos no Campo*, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e abrangem os assassinatos contra indígenas registrados a partir de 1985.

Eles incluem informações sobre o local do assassinato, o povo indígena a que a vítima pertence, o contexto e a data da ocorrência, sempre que disponíveis. Quando o assassinato ocorreu em uma terra indígena já demarcada, ele é localizado dentro da área. Quando ocorreu fora, ou em uma terra indígena na qual o processo demarcatório ainda não foi concluído e cujo perímetro ainda não está disponível na plataforma, ele é remetido para o centro do município em que aconteceu o assassinato.

Diferença para dados públicos

Com o lançamento do novo relatório do Cimi, foram acrescentados à Caci 68 registros de assassinatos de indígenas ocorridos em 2017, catalogados a partir do registro de notícias veiculadas pela imprensa, informações de lideranças indígenas e levantamentos feitos pelas equipes da entidade, os quais são organizados pelo seu setor de documentação. Este número (68) é menor do que a quantidade de mortes violentas registrada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) no mesmo ano, que contabilizou 110.

Esta diferença numérica considerável exemplifica as dificuldades e a complexidade deste tipo de levantamento. Apesar de maiores, a própria Sesai reconhece que os seus dados, obtidos pelo Cimi via Lei de Acesso à Informação, são parciais e sujeitos à atualização. Ou seja, é possível

que a quantidade de assassinatos seja maior, revelando uma realidade ainda mais preocupante.

Além disso, os registros da Sesai são apenas numéricos: eles indicam a quantidade de ocorrências em cada estado, mas não informam onde ocorreram os assassinatos, a qual povo pertenciam as vítimas e em que contexto cada assassinato ocorreu, se foi dentro ou fora de uma terra indígena, o que torna impossível a sua inclusão no mapa da Caci.

Sem a qualificação dos dados da Sesai, sequer é possível saber se os 68 casos levantados pelo Cimi são parte ou não dos 110 assassinatos registrados pelo órgão público.

Na prática, não é possível saber, por exemplo, quantos dos 12 assassinatos registrados pelo Cimi no Amazonas estão incluídos nos 28 casos registrados pela Sesai naquele estado, se o único assassinato listado pela Sesai no Maranhão é um dos três levantados pelo Cimi no estado ou qual o contexto dos 33 assassinatos apontados pelo órgão no estado de Roraima.

Mesmo nas unidades federativas em que os números coincidem, como Alagoas (3), Bahia (2), Mato Grosso (1), Minas Gerais (1) e Tocantins (1), não é possível afirmar que os casos registrados pela Sesai e pelo levantamento próprio do Cimi são os mesmos, situação que indica que a realidade de violência contra indígenas no Brasil é ainda maior do que a identificada no relatório.

Os dados públicos sobre assassinatos de indígenas passaram a ser incluídos pelo Cimi em seu relatório anual a partir de 2014, por considerá-los mais abrangentes, ainda que sem qualificação. Apesar disso, em 2017, o número de assassinatos registrados pelo Cimi foi maior do que os listados pela Sesai em oito estados: Maranhão (3), Mato Grosso do Sul (23) e Santa Catarina (4), junto com Acre (3), Pará (1), Rio Grande do Sul (4), Rondônia (1) e São Paulo (1), para os quais os dados parciais da Sesai não trazem nenhum registro.

“Temos uma diferença de número entre o total levantado pelo Cimi, que são os que estão na Caci, e os números da Sesai, que ela não qualifica. Sempre ressaltamos que os dados que apresentamos são parciais, um retrato da violência contra os povos indígenas no Brasil. Acreditamos que sejam maiores, pois há muitos casos que não chegam a ser registrados”, explica Lúcia Rangel, assessora antropológica do Cimi e uma das responsáveis pelo relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*. ♦



A tese do Marco Temporal é inconstitucional e extremamente perversa porque, dentre outros motivos, pode vir a punir povos que não ocupavam seu território em 1988 porque tinham sido expulsos deles



Guilherme Cavalli/Cimi

Congresso Anti-Indígena

Publicação mapeia atuação de 50 parlamentares contra os direitos dos povos originários

Por Assessoria de Comunicação/Cimi

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) publicou o documento “Congresso Anti-Indígena: Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas”. A publicação apresenta um levantamento sobre os 50 principais parlamentares com atuação anti-indígena no Senado e na Câmara Federal, uma lista dos principais projetos que ameaçam os direitos indígenas e artigos que analisam a conjuntura política nacional, sob influência da pressão de poderosos setores econômicos, dentre os quais destaca-se o agronegócio.

A publicação examina uma parcela do Congresso Nacional, como extrato de uma conjuntura parlamentar marcada pela retirada de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Além dos políticos, mapeou-se os principais financiadores dos 50 parlamentares – 40 deputados e 10 senadores. Dos deputados, 39 integram a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). Destes, 34 recebem investimentos financeiros de empresas ligadas diretamente a corrupção e ao agronegócio, como JBS, Andrade Gutierrez, Odebrecht.

O texto apresenta, também, um levantamento das proposições legislativas que ameaçam direitos originários. São mais de 100 projetos de leis e apensados que tramitam no Congresso Nacional e que colocam em cheque direitos constitucionais, com

especial enfoque na tentativa de restringir o direito à demarcação de terras indígenas.

Integram o livro análises das mais alarmantes políticas anti-indígenas e dos principais parlamentares com atuação contrária aos povos indígenas no âmbito do Congresso Nacional, junto com artigos de Guilherme Delgado, doutor em Ciência Econômica e membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Paulino Montejo, historiador e assessor político da Articulação Dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Roberto Liebgott, coordenador do Cimi Sul, e dos advogados da Assessoria Jurídica do Cimi.

Conjuntura

O resultado das eleições de 2014 anteviu uma guinada ao retrocesso. Parlamentares conservadores se consolidaram como maioria da Câmara Legislativa, de acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Instalou-se no Congresso brasileiro um projeto a ser gerido por militares, fundamentalistas religiosos e ruralistas. A 55ª legislatura (2015 a 2019) é a mais conservadora desde 1964.

A constatação, quando analisada a partir dos direitos dos povos indígenas, corresponde à dura realidade enfrentada pelas populações tradicionais no último quadriênio. Um levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) identificou que há, hoje, 33 proposições anti-indígenas em tramitação

no Congresso e no Senado. Somadas às propostas apensadas por tratarem de temas semelhantes, elas ultrapassam uma centena.

Os parlamentares ruralistas trabalharam incansavelmente para fazer com que as 33 propostas contra os indígenas avancem. Isso fez com que as violências ruralistas sobre os direitos constitucionais das populações tradicionais atingissem 1.930 procedimentos legislativos em 2 anos – de 2015 a 2017. Esse número é maior que o de 20 anos, que chegou a 1.926 entre os anos de 1995 e 2014. Só em 2017, contabilizou-se 848 tramitações de projetos de leis anti-indígenas. Os dados demonstram como a pauta anti-indígena é prioridade da última legislatura, principalmente pós impeachment.

Na publicação “Congresso Anti-Indígena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas”, o Cimi mapeou a atuação política de 50 parlamentares – 40 deputados e 10 senadores. Além de sua performance na câmara e no senado, o documento traz os principais investidores das campanhas eleitorais.

Quanto custa o retrocesso?

As canetadas contra os direitos originários constitucionais são resultados de investimentos. Os direitos indígenas se caracterizam como moeda de troca para a Bancada Ruralista e para os departamentos da construção civil e mineração. Empresas dos setores – agronegócio,

empreiteiras, mineração – doaram para os 50 políticos mapeados um valor estimado em 71 milhões de reais. As informações foram tabeladas a partir dos valores declarados pelos parlamentares ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2014.

Em valores precisos, o agronegócio fez um investimento de 33 milhões (R\$33.644.864,63) nas campanhas dos 50 políticos mapeados na publicação. É o setor que mais patrocina parlamentares da FPA, tendo como as principais investidoras empresas conhecidas pelo envolvimento em escândalos de corrupção. A basal doadora que se enquadra nesta condição é a JBS.

Um valor de 26 milhões (R\$ 26.373.051,47) dos financiamentos privados das campanhas dos 50 parlamentares foi proveniente de empresas do ramo da construção civil. O setor das empreiteiras ocupa o segundo lugar entre aqueles que mais investiram na meia centena de políticos com maior atuação contra os povos indígenas no Congresso Nacional. Companhias do ramo da mineração dispuseram um valor de 12 milhões de reais (R\$ 12.013.366,63).

Dos 40 deputados mapeados, 39 integram a FPA e 34 recebem financiamento de empresas ligadas diretamente

ao agronegócio; 21 integram a Frente Parlamentar da Construção Civil e 37 recebem financiamento de empresas ligadas diretamente ao setor; 23 integram a Frente Parlamentar da Mineração e 28 recebem financiamento de empresas de mineração.

33 Proposições Anti-Indígenas

A ofensiva do Poder Legislativo contra os povos indígenas é composta por 16 Projetos de Decreto Legislativo da Câmara (PDC), nove Projetos de Lei (PL), dois Projetos de Lei Complementar (PLP) e seis Propostas de Emenda à Constituição (PEC), aos quais as demais proposições de caráter anti-indígena tramitam apensadas.

Na listagem está o Requerimento de Instituição de CPI (RCP 26/2016), de autoria do deputado ruralista Nilson Leitão (PSDB/MT), que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Das 33 proposições anti-indígena apuradas, 17 buscam a alteração nos processos de demarcações de Terras Indígenas – oito sustam portarias declaratórias; seis

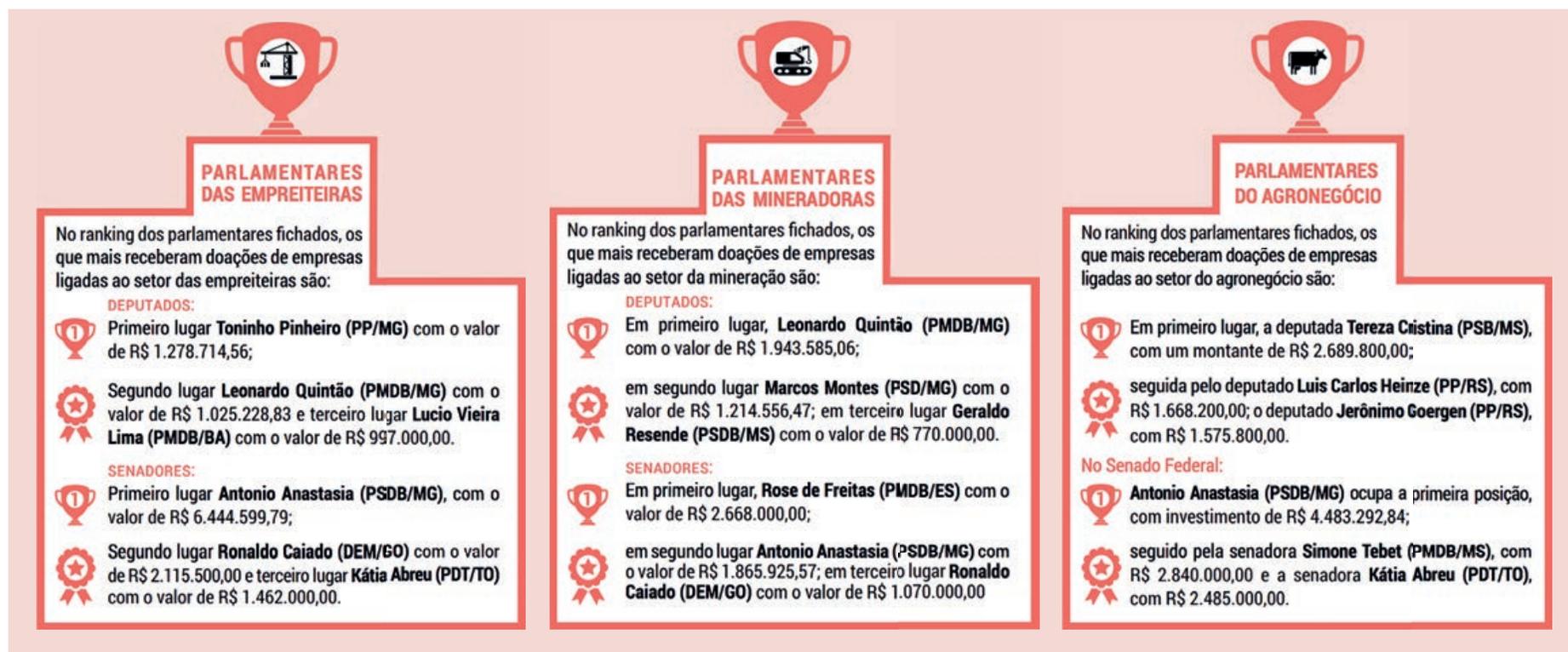
transferem ao Congresso Nacional a competência de aprovar e gerir as demarcações das terras; as outras três correspondem a autorizar arrendamento em de terras regularizadas, impedir a desapropriação para demarcações de territórios tradicionais e estabelecer indenização para invasores que ocuparam terras indígenas após 2013.

Entre as proposições que assumem a bandeira ruralista e, por consequência, o carro chefe do Governo Temer, está o PL 2395/15, do Vicentinho Júnior (PSB/TO). A proposição visa modificar a Lei no 6.001/73, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, para levar a lógica do agronegócio para as terras indígenas. O PL, segundo a ementa, quer “permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras”. Soma-se ao projeto de lei o PL 1610/96, de Romero Jucá (PMDB/RO), que propõe atividades mineradoras em território tradicional.

Trze proposições tramitam no legislativo visando a exploração de recursos naturais em Terras Indígenas, Áreas e Parques de Conservação. Investidas que buscam flexibilizar os direitos ambientais são constantemente negociadas pela bancada ruralista com Michel Temer.



Das 33 proposições anti-indígena apuradas, 17 buscam a alteração nos processos de demarcações de Terras Indígenas – oito sustam portarias declaratórias; seis transferem ao Congresso Nacional a competência de aprovar e gerir as demarcações das terras; as outras três correspondem a autorizar arrendamento em de terras regularizadas, impedir a desapropriação para demarcações de territórios tradicionais e estabelecer indenização para invasores que ocuparam terras indígenas após 2013.



Ruralistas no poder: agressões e desafios aos Povos Indígenas

Por Cleber Buzatto, secretário-executivo Cimi

A publicação do Parecer 001/2017 pela AGU pegou a muitos de surpresa, mas não à bancada ruralista: dias antes da medida ser oficializada, ela foi comemorada nas redes sociais pelo ruralista gaúcho Luis Carlos Heinze (conferir box ao lado). O episódio relata as artimanhas ruralistas e, com prova fornecida por uma das partes, comprova a existência de um acordo político da bancada ruralista com o governo Temer para a elaboração e adoção de um parecer vinculante contra a demarcação de terras indígenas no Brasil. Note-se que a divulgação do vídeo dos ruralistas e a publicação do Parecer anti-demarcação ocorreu exatamente no período em que o presidente Michel Temer se defendia de acusações da Procuradoria Geral da República (PGR). Temer buscava apoio parlamentar para evitar abertura de processo de investigação contra sua pessoa. A declaração do ruralista serviu de recado explícito para que o governo cumprisse imediatamente a sua parte no acordo político firmado. (Quadro 1, página 11).

O governo Temer, por meio da ministra Grace Mendonça e do próprio presidente da República, assinou e aprovou o Parecer e determinou sua publicação e aplicação. Logo em seguida, no dia 02 de agosto de 2017, foi a vez dos ruralistas cumprirem a sua parte no acordo e serem os parlamentares que mais depositaram votos contra a abertura de investigação do presidente Temer^[1]. Fica evidente, pois, que o Parecer 001/17 não resultou de um estudo jurídico sério coordenado pela Ministra da AGU. Daí seu conteúdo flagrantemente inconstitucional e avesso às decisões do Supremo Tribunal Federal^[2] como atesta a nota técnica emitida pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal^[3].

Este caso, embora emblemático, não se encontra isolado. Diversos outros instrumentos de ataque aos direitos indígenas têm sido manejados por parlamentares da bancada ruralista. Estudo realizado pelo Cimi^[4] demonstra que mais de uma centena de proposições legislativas anti-indígenas tramitam no Congresso Nacional. Das quais, a PEC 215/00 é a mais conhecida e a que mais tem preocupado e exigido mobilização dos povos indígenas e seus aliados nos últimos anos^[5].

Na tentativa de frear a mobilização dos povos em defesa de seus direitos, os ruralistas investiram pesa-



As ameaças aos indígenas são motivadas, invariavelmente, pela disputa das terras tradicionais; as lideranças são os principais alvos dos agressores

damente no processo de criminalização de lideranças indígenas e aliados destes junto à sociedade brasileira. Para tanto, dentre outras iniciativas, fizeram uso de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Funai/Incra como arma principal. Palco de requeitadas e infundadas acusações, as CPIs comandadas pela bancada ruralista foram transformadas em palanque para discursos discriminatórios e de incitação ao ódio e à violência contra líderes indígenas, membros do Ministério Público Federal, profissionais da academia, pesquisadores, de modo particular da ciência antropológica, além de membros de organizações da sociedade civil que atuam legal e legitimamente em prol dos povos indígenas no Brasil.

Na CPI da Funai/Incra, mais de uma centena de representantes destes segmentos sociais foram vítimas de indiciamento, oito deles membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em relatório oficial destas CPIs aprovado pelos ruralistas e encaminhado para a Política Federal em estados como o Rio

Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Bahia.

Incitação ao ódio

A incitação ao ódio, à violência e ao preconceito contra os povos indígenas tem sido uma constante em discursos e ações coordenadas por membros da bancada ruralista. A audiência pública organizada pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e realizada em novembro de 2013, no município de Vicente Dutra, no interior do estado do Rio Grande do Sul^[6] e o "Leilão da Resistência" realizado em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, em dezembro de 2013, com o objetivo de arrecadar recursos para financiar milícias privadas^{[8][7]} contra os povos indígenas são dois casos, dentre outros, extremamente graves neste sentido. O leilão somente não se estendeu para outros estados em função de decisão judicial que bloqueou a utilização dos valores arrecadados para as finalidades almejadas pelos ruralistas^[8].

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Disputa Político-Eleitoral

Neste contexto adverso, a disputa político-eleitoral ganha importância estratégica. O agronegócio investe pesadamente para ampliar sua representatividade nas mais diversas instâncias de poder, especialmente junto ao Congresso Nacional, onde os mesmos já possuem hegemonia^[12]. Desavergonhados, em período eleitoral, buscam, inclusive, assediar e ludibriar lideranças, comunidades e povos indígenas.

Os povos, por sua vez, demonstram preocupação também com este campo de disputa e se organizam para ocupar espaços nestas instâncias institucionais. A demanda destes por informações fidedignas acerca do viés e espectro ideológico de cada Partido político e dos interesses realmente defendidos pelos candidatos que se apresentam nas disputas eleitorais é uma constante. Responder a essa demanda é uma necessidade premente que deve ser atendida por meio de diferentes mecanismos e instrumentos, a fim de que os povos não sejam levados a reforçar as fileiras de Partidos anti-indígenas e ou a votar e, com isso, ampliar as forças de seus inimigos. Mais do que isso: é urgente que se criem instrumentos adequados para que os povos construam suas próprias e comprometidas bancadas nos próximos pleitos.

Não restam dúvidas de que o agronegócio e os ruralistas constituem-se numa força política muito expressiva e com atuação sistemática nos diferentes poderes do Estado brasileiro contra os povos, seus direitos e seus aliados. Além disso, na tentativa de viabilizar politicamente suas propostas anti-indígenas, têm promovido



Os povos se organizam para ocupar espaços nas instâncias institucionais, sem abandonar as mobilizações

e incitado a violência contra os povos por todo o país.

A exemplo, pontua-se a realidade do Rio Grande do Sul, onde deputados que se elegeram, repassaram cargos a filhos sob campanhas racistas e discriminatórias. Alimentar o preconceito e o ódio de parcela da sociedade gaúcha contra povos indígenas e seus aliados e, concomitantemente, se beneficiar politicamente dos mesmos faz parte da 'tradição'

de oportunistas e aproveitadores da boa-fé alheia.

Os povos indígenas, por sua vez, demonstram perspicácia, ciência dos fatos e disposição para continuarem travando a luta em defesa de seus direitos e projetos de futuro, inclusive no campo das disputas institucionais. Como aliado dos povos, o Cimi se alegra em disponibilizar esta publicação como mais um instrumento para contribuir nesta emblemática e complexa caminhada.

Quadro 1

Nós conversamos com o ministro Alexandre de Moraes, quando Ministro da Justiça, com o próprio ministro Osmar Serraglio, que também foi ministro e, por último agora, com o Torquato [Jardim]. Da mesma forma, com a Advocacia-Geral da União, hoje a ministra Grace [Mendonça]. Foram várias reuniões. A última reunião que fizemos, ainda em abril [de 2017], com o ministro [da Casa Civil, Eliseu] Padilha, com o ministro Osmar Serraglio, com a ministra Grace, nós acertamos um parecer vinculante.

Um grupo de técnicos da Casa Civil, do Ministério e também da Advocacia Geral da União (AGU) [...] tem já um parecer vinculante.

Esse parecer, que será assinado pelo presidente da República e pela advogada Geral da União, vai unificar todas as decisões das 19 condicionantes do Supremo Tribunal Federal (STF), e com isso vão revisar todos os processos [demarcatórios] que tem em andamento até esse momento. Seguramente, na minha avaliação, mais de 90% dos processos que tem no Brasil, são mais de 700 processos, são ilegais e, portanto, serão arquivados.



Deputado Federal Luiz Carlos Heinze (PP/RS)

As afirmações verbalizadas pelo deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP/RS) foram divulgadas pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), bancada ruralista, numa rede social [1]. O fato ocorreu no dia 14 de julho de 2017, cinco dias antes da assinatura do Parecer 001/17 pela ministra da AGU, Grace Mendonça, com aprovação do então presidente Michel Temer, ocorridas no dia 19 de julho. O Parecer foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em dia 20 de julho de 2017.

Leilão da Resistência

Em dezembro de 2013, fazendeiros do MS organizaram o “Leilão da Resistência”, evento com finalidade de arrecadar recursos para ações de combate às ocupações de terras por indígenas no estado. O evento arrecadou R\$ 640,5 mil com o arremate dos lotes de animais e cereais^{[10][9]}. O leilão teve a presença e discursos de senadores da República, deputados federais e estaduais. Parlamentares ruralistas cogitaram a realização de leilões semelhantes em outros estados.

À época, os organizadores do “Leilão” declararam que os fundos arrecadados seriam para a contratação de segurança privada às propriedades localizadas em terras indígenas, além de compra de armamentos e “formação de milícia”. Fazendeiros e ruralistas falavam abertamente em se armar ‘oficialmente’ contra indígenas. No submundo, porém, contratam empresas de segurança para

serviços de pistolagem, caso do assassinato do cacique Nísio Gomes Guarani Kaiowá^[10].

Na ocasião, em nota pública, o Cimi pontuou a omissão dos poderes públicos, inclusive do governo federal, que permitiram um evento “pudessem livremente angariar e utilizar dinheiro deste leilão para “segurança privada ou milícias” – o que resultaria na intensificação das ameaças, dos ataques e, conseqüentemente, dos assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul”.

“Ao silenciar, o governo compactua com as ofensivas dos ruralistas contra a vida dos povos indígenas, estes que historicamente são discriminados, perseguidos, ameaçados, vitimados por doenças e têm suas lideranças assassinadas em emboscadas, tocaias e em ações de setores que tomam nas mãos o que consideram ser a “justiça”, se posicionou o Cimi em documento, na época^[11].

Referências:

- [1] <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no-congresso/>
- [2] O Parecer obriga toda a administração pública federal a aplicar, nos procedimentos de demarcação de todas as terras indígenas do Brasil, a tese do Marco Temporal e as condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, Pet 3388.
- [3] <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/NotaParecerAGU1.2017.pdf>
- [4] <https://cimi.org.br/2017/10/congresso-anti-indigena-33-propostas-reunindo-mais-de-100-projetos-ameacam-direitos-indigenas/>
- [5] <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/04/indios-invadem-plenario-da-camara>
- [6] <https://videos.bol.uol.com.br/video/deputado-diz-que-quilombolas-indios-e-gay-sao-o-que-nao-presta-04028D193972D4C14326>. <https://politica.estadao.com.br/noticias/eicoes,frente-faz-representacoes-contra-deputado-que-atacou-minorias-imp-,1132344>
- [7] <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525657-fazendeiros-do-ms-farao-leilao-para-financiar-qresistenciaq-contra-indigenas>
- [8] <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>
- [9] <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>
- [10] <https://cimi.org.br/2013/12/35602/>
- [11] <https://cimi.org.br/2013/12/35618/>
- [12] <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>

Escaneie o código e acesse em seu smartphone ou tablet



A luta institucional dos povos e a participação indígena no pleito eleitoral

Passados 30 anos da promulgação da Constituição Cidadã, encontramos um Poder Legislativo dominado pelas forças do capital. Hoje, a articulação indígenas luta pela ocupação de espaços institucionais na defesa de uma verdadeira reforma do sistema político

Por **Paulino Montejo**, Historiador e assessor político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Em uma rápida leitura sobre o atual momento político, ao levar em conta o processo eleitoral de 2018, constata-se o óbvio: a democracia brasileira, nas suas distintas dimensões, mais especificamente no relacionado aos mecanismos de representação, não conseguiu se consolidar em plenitude mesmo depois de 30 anos da promulgação da Constituição Federal. O cenário encontrado três décadas após a constituinte é de uma política partidária distante das pessoas, beirando um total descrédito da população. Na conjuntura do momento, partidos políticos são responsabilizados por crises institucionais e práticas de corrupção, considerados máquinas para assegurar privilégios.

A crise de representatividade política aumentou quando os partidos considerados do campo democrático-popular aparentemente se distanciaram dos ideais que os originaram depois das ditaduras na América Latina, lá nos finais da década dos 80 e inícios da década dos 90. O abismo entre representantes e os movimentos populares ocorreu em diversos países:

no México, com o Partido da Revolução Democrática (PRD); no Uruguai, com o Frente Amplio; no Brasil, com o Partido dos Trabalhadores (PT); no Equador, com o Pachakutic; na América Central, com os movimentos revolucionários se tornando partidos políticos uma vez encerrados os conflitos armados internos; e mais recente na Bolívia, com o Movimento al Socialismo (MAS) de Evo Morales. O distanciamento das bases

O interesse dos povos indígenas pela política partidária, conforme Luís Roberto de Paula no estudo *A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016)*, acontece desde 1976, onde indígenas concorreram para o cargo de vereador em Mato Grosso do Sul.

A disputa institucional ganhou expressividade a partir do ano 2.000

abriu espaço para o patrimonialismo e as forças econômicas que tomaram conta das instâncias de poder e de decisão política. Esse movimento se instaurou de tal forma que o campo de disputa ficou visivelmente reduzido para as forças sociais e populares.

Passados 30 anos a promulgação da Constituição Cidadã encontramos um Poder Legislativo dominado pelas forças do capital.

A cada legislatura que se instaura, os parlamentares conservadores se consolidaram como maioria da Câmara Legislativa, de acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O Congresso Nacional no último mandato foi dirigido por militares, fundamentalistas religiosos e ruralistas. Essa é a gravidade do quadro parlamentar da 55ª Legislatura (2015-2019) apontado pelo Diap. Segundo a entidade, com informações do seu último levantamento, dos 513 deputados federais, 407 (79%) vão tentar a reeleição. Desses, 75% devem se reeleger, situação que garante continuidade às bancadas ruralista, empresarial, da indústria armamentista, evangélica e certamente a dos cargos hereditários. Ou seja, o perfil conservador do Congresso Nacional continua, com tendência a piorar.



A cada legislatura que se instaura, os parlamentares conservadores se consolidaram como maioria da Câmara Legislativa, de acordo com pesquisa do Diap

Nesse contexto, como entender a participação indígena no pleito eleitoral?

O interesse dos povos indígenas pela política partidária, conforme Luís Roberto de Paula no estudo “A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016)”^[1], acontece desde 1976, onde indígenas concorreram para o cargo de vereador em Mato Grosso do Sul. A disputa institucional ganhou expressividade a partir do ano 2.000.

O que motiva as candidaturas indígenas? Indaga-se sobre a origem da decisão de concorrer a uma vaga nos espaços institucionais. Seriam disputas eleitorais ancoradas pela vontade pessoal ou coletiva, do povo ou comunidade? É a percepção de que está na hora de defender os direitos de seu povo absurdamente ameaçados na atual conjuntura?

A certeza diante dos questionamentos é que, institucionalmente, o movimento indígena deu um passo à frente no último ano quando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) se manifestou publicamente em janeiro de 2017 sobre a urgência de disputas eleitorais com a carta “Por um Parlamento cada vez mais indígena”. Em nota, a articulação apontou a “ausência de legítimos representantes dos povos indígenas”, principalmente no Congresso Nacional. O quadro, segundo a APIB, “dá margem para a forte agenda reacionária, fundamentalista e de interesse dos grupos econômicos, com destaque para a bancada ruralista, que historicamente atuam como inimigos dos Povos Indígenas”.

Eleições de 2018

A APIB, em documento e através das organizações indígenas e dos povos com suas constantes mobilizações, avança significativamente na compreensão do contexto e dos desafios colocados, incluindo nas conversas internas com uma perspectiva contra hegemônica, *antisistêmica*, anticapitalista e anti-imperialista. São reflexões cujo bojo estaria se inserindo a candidatura de Sônia Guajajara para a chapa Guilherme Bolous e Sônia Guajajara, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Porém, a realidade é mais complexa se considerarmos o universo dos partidos políticos através dos quais indígenas se apresentaram como candidatos, seja para deputado estadual ou federal.

Candidatos Indígenas

Na primeira lista disponível no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contabilizam-se 131 homologações de candidatos indígenas. São 75 para deputados estaduais, 39 para deputados federais, sete para suplente de senador, dois para senadores, dois para governador, dois para vice-presidente, um para deputado distrital e



Lorrã Tuxá durante protesto pela garantia do Bolsa Permanência, em Brasília (DF)

A APIB, em documento e através das organizações indígenas e dos povos com suas constantes mobilizações, avança significativamente na compreensão do contexto e dos desafios colocados, incluindo nas conversas internas com uma perspectiva contra hegemônica, *antisistêmica*, anticapitalista e anti-imperialista

um para vice-governador. O TSE leva em conta a auto declaração do candidato.

Observa-se que PSOL, PT, PCdoB e REDE constituem as principais opções, em razão de que talvez ainda defendam bandeiras convergentes com a agenda ou demandas dos povos indígenas. Nos outros casos, com disputas eleitorais por outros partidos, não sabemos os motivos que levam indígenas a defenderem determinadas bandeiras. Talvez seja a falta de opção de coligação políticas locais no campo que tangem os direitos dos povos indígenas. A constatação inicial pode indicar um já pontuado distanciamento dos partidos que tenham convergências ideológicas com os povos.

É em razão desse cenário que, durante o processo de tramitação da reforma política na Câmara dos deputados, a APIB apresentou, em 16 de maio de 2011, propostas que de cara não passariam pelo crivo do PMDB. No documento, a articulação dos povos pontua a dificuldade dos “partidos políticos, das mais distintas siglas, de lidar com a diferença, as condições e especificidades socioculturais dos povos indígenas”.

O texto apresentado destaca a única participação no cenário parlamentar protagonizada por Mario Juruna, o que direciona um entendimento de que os povos sempre foram deixados à margem da política institucional do país. “Os partidos políticos, das mais distintas siglas, tem em comum a dificuldade de lidar com a diferença, isto é, as condições e especificidades socioculturais dos povos indígenas. Daí a dificuldade de um candidato indígena concorrer em condições de igualdade com os não índios nos cargos de direção e oportunidades eletivas disputadas nos períodos eleitorais”, escreve o documento.

De 2011 até então, certamente o movimento indígena acumulou maior entendimento que fica explícito na carta da APIB sobre as eleições de 2018 e que aponta a participação pela via partidária clássica. Contudo, também defende

colégios eleitorais diferenciados, com direito à autonomia dos próprios povos de indicarem os seus representantes através de suas instâncias de articulação e mobilização, e que poderia ser num futuro ideal por meio de um Parlamento Indígena.

Diante do cenário desolador de supressão dos direitos indígenas pautado nos distintos poderes do Estado, nada mais coerente que lutar pela ocupação de espaços institucionais e somar com outros movimentos na luta por uma verdadeira reforma do sistema político e não apenas por uma reforma eleitoral. São caminhos para avançar na real democratização do Estado, da democracia e dos mecanismos e espaços de representação. A luta institucional, porém, sempre não será suficiente sem estar respaldada ou andar lado a lado com a luta ideológica e a luta social.

Os Partidos

PSD (02); **PRB** (03); **PSOL** (26); **PHS** (07);
Avante (02) **PCdoB** (09); **PT** (14); **DC** (02);
PDT (02); **PSC** (02); **Rede** (09); **Solidariedade** (02);
PRTB (05); **DEM** (01); **MDB** (03); **PSTU** (07);
PSB (05); **PR** (01); **PPS** (02); **PV** (03); **PP** (01);
PODE (02); **PPL** (03); **PATRI** (03); **PCB** (05); **PRP** (01);
PTC (02); **PSL** (02); **PTB** (02); ; **PMB** (02); **PSDB** (01)

* Dados conforme acesso no site do TSE em 7 de agosto de 2019

^[1] in: **Resenha & Debate. Nova Série**, Laboratório de Pesquisas, Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – Setor de Etnologia e Etnografia – Departamento de Antropologia – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 2, 2017

Trecho do Documento:

“É pensando nessa realidade reivindicamos que no processo da Reforma Política, em curso no parlamento, seja considerado o direito dos nossos povos à participação, inclusive sendo estabelecida uma quota que garanta a nossa representatividade... que a reforma política garanta condições para que os povos indígenas trilhem um caminho próprio independentemente das

possibilidades de dirigentes indígenas disputarem a oportunidade de serem candidatos e eleitos no âmbito de partidos políticos em que por ventura estiverem filiados... Assegurar que os povos indígenas se representem eles próprios será uma contribuição importante para ir sanando as dívidas sociais e históricas do Estado brasileiro para com estes povos.”

Jovens indígenas da TI Raposa Serra do Sol reafirmam luta e resistência para garantir direitos originários ameaçados

Por Mayra Wapichana, Assessoria de Comunicação/CIR

Em tempos de fortes ataques aos direitos indígenas principalmente territoriais, mais de 500 jovens indígenas da região Serras, uma das etnoregiões da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, estiveram reunidos no IV Encontro da Pastoral da Juventude Indígena com o tema “Direito Indígena e Meio Ambiente”. O encontro foi realizado nos últimos dias, 12, 13 e 14 de setembro, na comunidade indígena Morro, uma população de 490 indígenas e umas das comunidades indígenas serranas que inspiram luta, resistência e conquista dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol.

Com tantos jovens indígenas reunidos, atentos com caneta e papel na mão, sobretudo com a força tradicional, cantos, danças, pinturas e outras expressões culturais, dispostos a debater temáticas importantes como direito indígena, meio ambiente, fortalecimento da juventude, autonomia, organização social, política partidária e outros instrumentos de luta, é a reafirmação de que os povos indígenas da Raposa Serra do Sol continuam na resistência, mesmo diante de ataques constantes, vindo de forças contrárias que insistem em lutar contra os direitos originários dos povos indígenas não só da Raposa Serra do Sol, mas de Roraima e do Brasil.

Jovens indígenas, estudantes, mulheres, lideranças indígenas e até crianças fizeram parte do debate coletivo durante os três dias. Dias de aula específica e diferenciada, de cidadania e política, dias para aprimorar os conhecimentos sobre os direitos originários, relação entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, de informação e esclarecimento sobre as ameaças, retrocessos e riscos contra a vida dos povos indígenas e toda sua geração, e também dias para fortalecer a luta, que já é histórica.

Para contribuir com o debate, os jovens indígenas contaram com a importante presença de parceiros, aliados e de jovens indígenas empenhados na defesa dos direitos indígenas, como Cleber Buzzato, secretário nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luís Ventura, coordenador regional do Cimi Norte I, Ivo Cípio, advogado indígena, Junior Nicacio, assistente jurídico, Alcebias Mota Constantino, coordenador estadual da Juventude Indígena e Edinho Batista, vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Houve também a presença dos Missionários da Consoleta, presença que fortalece uma parceria que é histórica em Roraima, além de membros da Rede Eclesial Pana-Amazônica (REPAM), que contribuíram na formação jovens indígenas.

Cimi alerta para os perigos contra os direitos dos povos indígenas

Cleber Buzzato trouxe para o contexto local informações nacionais atualizadas sobre as mais de 100 proposições anti-indígenas que tramitam no Congresso Nacional e que ameaçam os direitos dos povos indígenas, além das ameaças assinadas pelo próprio Executivo.

Entre as principais, destacou o Parecer 001/17 da Advocacia Geral da União, o “parecer da morte”, como é considerado pelos povos indígenas, assinado pelo presidente da República Michel Temer, Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, o Projeto de Lei 1610/96 de autoria do Senador Romero Jucá que visa autorizar a mineração em terras indígenas, o Projeto de Lei de 2540/006 de autoria do ex-senador Mozarildo Cavalcante que busca autorizar a construção de hidrelétrica na Cachoeira do Tamanduá, na região do rio Cotingo, além da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada pela bancada ruralista con-



Abertura do Encontro na Região Serras/TI Raposa Serra do Sol

tra a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que, consequentemente, criminalizou lideranças indígenas, antropólogos e demais defensores da causa indígena.

Também alertou para o período eleitoral em curso, onde os mesmos parlamentares candidatos à reeleição estão, hoje, nas comunidades indígenas querendo conquistar voto para permanecerem no poder e avançar na aprovação das leis que são contra os direitos indígenas. A ousadia é grande por parte dos políticos, os mesmos que são declarados anti-indígenas, da bancada ruralista e ligados ao agronegócio, que invadem novamente as comunidades indígenas, sem respeitar as decisões coletivas pela indicação de candidatos indígenas aos cargos, Estadual, Federal e até Senado.

A ocasião foi também de conhecer sobre a luta histórica desde a invasão do Brasil há 518 anos, de como os

A conquista de dois únicos artigos, o 231 e 232, garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, foram primordiais para que os povos indígenas reafirmassem a sua existência em um país que se diz democrático



Secretário Nacional do CIMI, Cleber Buzzato, alertou para os perigos aos direitos indígenas

povos indígenas conseguiram resistir ao extermínio físico, cultural e social e de como, resistem até os dias atuais. A conquista de dois únicos artigos, o 231 e 232, garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, foram primordiais para que os povos indígenas reafirmassem a sua existência em um país que se diz democrático, mas que a cada tentativa de retrocesso de direitos indígenas, direitos humanos, essa democracia chega longe da realidade indígena.

Conhecer que dos 3 milhões restaram somente 305 povos indígenas e 274 línguas diferentes no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inspira aos jovens indígenas mais força e coragem de continuar lutando pela existência desses povos, entre os quais, Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingaricó, povos indígenas da Raposa Serra do Sol que são exemplo de resistência indígena no Brasil.

“A conquista de dois únicos artigos, o 231 e 232, garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, foram primordiais para que os povos indígenas reafirmassem a sua existência em um país que se diz democrático”.

Entre os diversos alertas apresentados por Buzzato, um dos principais e que, hoje, se revelam como objetivos de toda aliança política no Congresso Nacional e até no Poder Judiciário, contra os direitos dos povos indígenas, citou a “paralisação de todas as demarcações das terras indígenas no Brasil e a invasão, exploração dos territórios já demarcados”. Um cenário preocupante e que deixa

os povos indígenas em alerta principalmente no período eleitoral, onde a maioria dos políticos que compõe a bancada ruralista, o agronegócio e outros que possuem interesses nas terras indígenas, pleiteiam à reeleição ou saem pela primeira vez.

O coordenador regional do Cimi Norte I, que atua nos estados do Amazonas e Roraima, Luis Ventura, reforçou o debate pontuando questões graves em Roraima, o avanço do garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e como facilitador desse avanço, a desativação da base de proteção da FUNAI na região Yanomami. Já existe uma exigência por parte do Ministério

Publico Federal (MPF) para reativação, mas até o momento nenhuma providência foi tomada pelo governo federal.

Alertou para os mais de 100 pedidos de mineração em Roraima, de acordo com dados do Departamento Nacional de Mineração. A TI Raposa Serra do Sol é a mais cobiçada entre as terras indígenas em Roraima, assim como terras indígenas na região Amajari e Sucuba, no Tabão, onde o pedido é de 100%.

Nos casos territoriais mais recentes, tem o caso da comunidade indígena Anzol, na terra indígena Serra da Moça, região do Murupu que reivindica o reconhecimento e demarcação, além do Arapauá, na região do Tabão. São alguns dos casos que receberam um procedimento inadequado e foram excluídos da demarcação das terras indígenas em ilhas, na década de 80.

Outro ponto trata-se da passagem do Linhão de Tucuruí pela terra indígena Waimi-Atroari, onde há uma pressão política forte para que o caso seja resolvido, sem os devidos procedimentos de consulta, conforme garantido na Constituição e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A bancada parlamentar de Roraima se une para conseguir a todo custo passar o linhão Tucuruí, sem ouvir o povo Waimiri-Atroari.

Além disso, ainda há o processo de construção da Hidrelétrica de Bem Querer, que poderá afetar 9 terras indígenas, conforme dados do Governo Federal, além de criar um imenso lado no rio Branco, patrimônio histórico do Estado.

“A juventude tem à frente um grande desafio que é garantir os direitos indígenas principalmente territoriais conquistados pelas lideranças indígenas, conquistas que não foram fáceis”.

Como se não bastasse tantas ameaças no legislativo, no executivo não é diferente. As imposições políticas na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), fragilidades e sucateamento do único órgão indigenista a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que não dispõe de recurso suficiente para atuar em defesa dos direitos dos povos indígenas, porém, é um órgão que é usado como gabinete de parlamentares, como é o caso da Coordenação Regional de Roraima, onde mantém nomeado, Armando Neto, coordenador regional e genro do deputado Federal Édio Lopes.

Contudo, a juventude tem à frente um grande desafio que é garantir os direitos indígenas principalmente territoriais conquistados pelas lideranças indígenas, conquistas que não foram fáceis. São 21 mortes de lideranças, entre eles, o líder Aldo Mota Macuxi, um caso ainda está impune pela justiça brasileira, destruição de comunidades indígenas, ataques de pistoleiros e umas das destruições que até hoje deixa marcas profundas, inclusive em jovens indígenas, a destruição do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), ocorrido em setembro de 2005, logo após a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

O empoderamento dos jovens para garantir direitos indígenas

Mas é possível respirar com a nova geração que se mostra cada vez mais empenhada, disposta a resistir e a ajudar suas lideranças indígenas, que também permanecem na luta. O jovem advogado indígena, Ivo Cípio, 28 anos, do povo Macuxi, recém-formado, inspira a esperança de uma geração que busca formação superior para defender a causa, defender os direitos indígenas, como ele sempre expressa.

Atuando na assessoria jurídica do Conselho Indígena de Roraima (CIR), há dois meses, Ivo, falante da língua Macuxi, depois de contar um pouco a sua história de vida, fez uma convocação aos jovens indígenas serranos. A convocação de “fortalecer o movimento da juventude indígena”, principalmente, no cenário político, onde a força da juventude será o diferencial no pleito 2018.

Da mesma forma, Junior Nicacio, do povo Wapichana, que já tem uma trajetória de experiência na assessoria jurídica do CIR, também fortaleceu o processo de formação, de trocas de conhecimento e experiência dos jovens. Como um dos primeiros jovens que iniciou o movimento da juventude indígena em Roraima, aluno do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), Junior acredita que uma das formas de fortalecer o movimento da

A juventude tem à frente um grande desafio que é garantir os direitos indígenas principalmente territoriais conquistados pelas lideranças indígenas, conquistas que não foram fáceis



Jovens indígenas Macuxi trajados durante as apresentações culturais

juventude e o movimento indígena, é necessário fortalecer a organização social da comunidade indígena.

Um dos caminhos é a construção dos regimentos internos, instrumento de autonomia das comunidades indígenas, conforme garantidos na Constituição Federal Brasileira. Diversas comunidades indígenas em Roraima elaboraram seus regimentos internos e algumas, já utilizam como mecanismo de aplicação das leis, ou normas indígenas, para solução de conflitos internos.

“Precisamos dar uma resposta positiva. Já chega de tanta opressão e humilhação”.

Alcebias Mota Constantino, à frente da coordenação estadual da juventude indígena há quatro meses, filho das lideranças indígenas, Alcides Constantino e pajé Mariana Lima, morador da comunidade indígena Barro, local marcado pelo conflito territorial, reforça que a juventude precisa resistir e não deixar que aconteça novas invasões, ou que as invasões avancem nos territórios já conquistados. Alertou para o pleito eleitoral e pediu consciência da juventude indígena, principalmente, aos que irão às urnas pela primeira vez, para que reflitam nas decisões coletivas.

Reforçou o pedido de outros povos indígenas, que sofrem as consequências de parlamentares eleitos em Roraima. “Os parentes de outros estados esperam a nossa resposta, juventude. Precisamos dar uma resposta positiva. Já chega de tanta opressão e humilhação”, pediu Alcebias, emocionado, lembrando-se de um pedido feito a ele no I Encontro dos Povos na Floresta.

Precisamos dar uma resposta positiva.
 Já chega de tanta opressão e humilhação



Mais de 500 jovens indígenas participaram do IV Encontro

Política partidária como instrumento de embate político e de representatividade indígena

Para o vice coordenador do CIR, Edinho Batista de Souza, apontou que a “nova geração é que irá se empoderar da luta para proteger os direitos indígenas”, porque o cenário é de grandes retrocessos dos direitos indígenas, onde os direitos territoriais estão sendo retalhados, a Carta Magna do país que garante os artigos 231 e 232 está sendo rasgada.

Sobre o cenário da política partidária, Edinho se lembrou das propagandas partidárias que tem sido feito com a liberação de Emendas parlamentares, por exemplo, a Emenda para aquisição gado, recurso implementado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). “Emenda parlamentar é um direito nosso, e obrigação do parlamentar”, esclareceu Edinho sobre as emendas que tem sido utilizada como propaganda política de candidatos à reeleição.

Souza apontou que, apesar da questão política não resolver as questões indígenas, mas é “um instrumento fundamental para o embate político”. Por outro lado, “a união é a base das conquistas que os povos indígenas já tem”, concluiu Edinho, em uma perspectiva positiva de que esse ano, os povos indígenas de Roraima irão fazer a diferença no cenário político brasileiro.

Formar e fortalecer o jovem como liderança indígena

O IV Encontro, uma realização dos jovens indígenas da região das Serras por meio da coordenação da pastoral da Juventude, teve como principal objetivo, segundo a coordenadora regional, Doralice Pereira, do povo Macuxi, a formação dos jovens na caminhada como lideranças indígenas. “O nosso principal objetivo é a formação dos jovens na caminhada como lideranças, porque aqui, nós, valorizamos o jovem como liderança e o tema, direitos indígenas, estamos acompanhando que os nossos direitos estão sendo violados de todas as formas e corremos o risco de perder as nossas terras já demarcadas”, explicou Doralice, preocupada com atual cenário, mas também proporcionando aos jovens indígenas informações importantes sobre os direitos indígenas.

Sobre a política partidária, apesar de ser um tema novo para a juventude, principalmente, aos que irá votar pela primeira vez, Doralice afirmou que os jovens seguirão a decisão das assembleias indígenas, pois o foco é ter representantes indígenas que defendam a causa, os direitos e levar a voz do povo indígena. “O nosso objetivo é fazer com que tenha alguém dentro desse órgão, que possa nos representar e levar os nossos anseios, gritos de socorro”, afirmou Pereira, com a clareza de que, dentro do meio confuso da política, como ela cita, a maioria dos políticos são anti indígenas, então será a vez da juventude modificar essa história e levar para dentro, representantes que sejam de luta e de caminhada, concluiu Doralice, em uma expectativa boa para as candidaturas indígenas, principalmente, para o pleito Federal.

O próximo encontro na terra indígena Raposa Serra do Sol, será da juventude indígena da região Surumu, nos dias 21, 22 e 23 de setembro, no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, comunidade indígena Barro, região Surumu. ♦

Hereges

Texto: Renato Santana
Desenhos: Otto Mendes

...e seguem praticando os rituais tradicionais...

Na capitania de Pernambuco, os resistentes da Serra Negra se negam a aceitar a nova religião...



Resistem na Serra Sagrada, travando épicas batalhas contra os colonizadores. Convocam os espíritos antigos, não aderem ao cristianismo.

Pela postura indômita, são chamados de hereges pelos cristãos e invasores, que acumulam derrotas na tentativa de escravizá-los



Mais de um século depois, ano após ano, o povo Kambiwa realiza o Ritual dos Hereges, onde os Encantados da Serra Negra regressam para dançar o Toré.

Os hereges eram, na verdade, uma reunião de povos unidos ao redor de um único propósito: a rebelião contra a colonização!

